



## **A REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM MONUMENTOS HISTÓRICOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ESCULTURAS PÚBLICAS DO SÉCULO XX DA CIDADE DE SÃO PAULO**

**Janaina Silva Xavier\***

**Centro Universitário Adventista de São Paulo -UNASP EC**

[janaina.xavier@unasp.edu.br](mailto:janaina.xavier@unasp.edu.br)

**RESUMO:** Este artigo é o resultado de uma pesquisa desenvolvida no curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP EC), que teve como tema os monumentos históricos dedicados às personalidades femininas e como objeto de estudo os bustos de mulheres colocados em espaços públicos no contexto paulista, tendo como objetivo apreender nessas obras discussões que possam ser pertinentes para entender a representação da mulher na sociedade do século XX e como esses monumentos se inserem no contexto urbano da sociedade da época em que foram criados e na atualidade. A investigação utilizou uma discussão teórica e a análise dos monumentos colocados na cidade de São Paulo no século XX. Concluiu-se que em relação aos homens, poucas foram as mulheres que receberam essa homenagem e que as figuras representadas foram pessoas ilustres que realizaram feitos de grande destaque.

**PALAVRAS CHAVE:** Monumentos Públicos – Mulheres - Século XX - São Paulo.

## **THE REPRESENTATION OF WOMEN IN HISTORICAL MONUMENTS: AN ANALYSIS FROM THE PUBLIC SCULPTURES OF THE 20TH CENTURY IN THE CITY OF SÃO PAULO**

**ABSTRACT:** This article is the result of a research developed in the course of graduation in History of the Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP EC), which had as its theme the historical monuments dedicated to the female personalities and as object of study the busts of women placed in public spaces in the context of São Paulo. Aiming to apprehend in these works discussions that may be relevant to understand the representation of women in the twentieth century society and how these

---

\* Licenciada em Artes Visuais, Especialista em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), Mestre em Museologia (USP), Doutoranda em Artes Visuais (UNICAMP), professora e museóloga do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP EC).

monuments are inserted in the urban context of the society in which they were created and nowadays. The investigation used a theoretical discussion and the analysis of the monuments placed in the city of São Paulo in the twentieth century. It was concluded that in relation to the men, few were the women who received this homage and that the represented figures were illustrious people who performed outstanding achievements.

**KEYWORDS:** Public Monuments – Women - XX century - São Paulo.

Este texto se propõe expor os resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no curso de Licenciatura em História<sup>1</sup>, do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP EC) que teve como tema os monumentos históricos dedicados à personalidades femininas e como objeto, mais particularmente, os bustos de mulheres em espaços públicos no contexto paulista, buscando perceber nessas esculturas relações com a representação da mulher na sociedade do século XX.

As problemáticas que orientaram o estudo foram: Que reflexões sobre o papel e a representação da mulher podem ser percebidas na análise de esculturas públicas históricas? E de que forma esses monumentos se inserem no contexto urbano da sociedade da época em que foram criados e na atualidade? Essa análise teve por objetivo discutir os significados e desdobramentos das esculturas públicas históricas de personalidades femininas paulistas, e com isso, contribuir para o entendimento da representação da mulher e para a percepção dos possíveis discursos envolvidos no conjunto de monumentos de mulheres da cidade de São Paulo.

Tal iniciativa se justifica por serem essas obras artísticas uma prática recorrente em grandes cidades brasileiras, no século XX, e atualmente se encontram, em muitos casos, em situação de abandono, sem medidas de conservação, visibilidade, estudo ou sequer visitação. Assim sendo, é fundamental que a sociedade compreenda o papel das mesmas, como uma forma de preservação da história e da memória local e desenvolva um cuidado por essas peças de arte pública.

A pesquisa utilizou como metodologia a reflexão teórica sobre o significado dos monumentos históricos, em especial as esculturas de personalidades nos espaços públicos. Foram analisados textos sobre as questões relacionadas aos monumentos públicos, suas origens e significados sociais e, também, autores que investigam a vida e

---

<sup>1</sup> Participaram como pesquisadoras Emanuelle Francini da Cruz, Monique do Prado Pinho e Vanessa de Lima Motoso, licenciadas em História pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP EC).

a representação da mulher no contexto brasileiro durante o século XX, período este em que as esculturas femininas começaram a ser colocadas nas praças brasileiras.

A partir dessa fundamentação teórica foram tomadas como estudo de caso as esculturas públicas de personalidades femininas, inventariadas no catálogo virtual “Monumentos de São Paulo”, produzido pelo Instituto Pró-Monumentos<sup>2</sup>, em 2008. No registro foram identificadas 88 esculturas públicas masculinas e apenas sete femininas. Desse conjunto, interessou para este estudo, mais especificamente, as mulheres paulistas, que viveram no século XX e que têm as suas esculturas ainda expostas em espaço público<sup>3</sup>. Dentro desse recorte, foram considerados os monumentos da pianista Antonietta Rudge (1885-1974), da educadora Carolina Ribeiro (1892-1982) e da médica e política Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), obras do artista Luiz Morrone.

As peças foram analisadas por meio do levantamento em fontes primárias (jornais), estudo bibliográfico e visitas técnicas, considerando o conjunto, o período em que foram produzidas, as figuras que representam e suas histórias, os locais onde foram colocadas e o atual estado de conservação, na tentativa de entender a presença desses monumentos, sua relevância social na época de sua inauguração e na atualidade.

O artigo discute inicialmente a questão dos monumentos históricos como instrumentos de memória, em seguida o papel da mulher no século XX na sociedade brasileira, os monumentos históricos femininos no Brasil e por fim analisa o conjunto de esculturas dedicadas às mulheres em São Paulo.

## **OS MONUMENTOS HISTÓRICOS E AS ESCULTURAS PÚBLICAS**

A origem dos retratos escultóricos remonta ao império romano que deles se utilizou para colocar em espaços públicos, bustos e estátuas de bronze e mármore de importantes vultos da sociedade. A prática, no entanto, caiu em desuso durante o período cristão quando tais imagens foram consideradas pagãs e as estátuas foram removidas ou derretidas para se transformarem em moedas. (FARTHING, 2011)

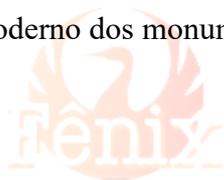
---

<sup>2</sup> O Instituto Pró-Monumentos é uma Organização não governamental (ONG) que tem por objetivo criar um catálogo virtual das esculturas públicas e monumentos da cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.monumentos.art.br/> Acesso em 29 jan. 2018.

<sup>3</sup> As outras esculturas não analisadas nesse estudo são da poetisa Cora Coralina (GO, 1889-1985), da bailarina Maria Olenewa (Moscou, 1896-1965), da tenista Maria Esther Bueno (SP 1939-2018) que teve sua estátua colocada em 1998 e da ativista Pérola Ellis Byington (SP, 1879-1936) que o busto está desaparecido.

Segundo o historiador da arte austríaco Alois Riegl (1858-1905), esses retratos reconhecidos como monumentos no sentido etimológico da palavra latina *monumentum*, do verbo *monere*, que significa “lembrar a memória”, tiveram posteriormente seu reconhecimento e retorno mais expressivo com os italianos na Renascença, não apenas no seu valor estético, mas também histórico. A consideração a tais obras foi tamanha, que no século XIX, começaram a serem discutidas mais efetivamente maneiras de proteção, conservação e a elaboração de legislações de salvaguarda. Nesse momento, surgiram debates que questionavam os objetivos dessa preservação e os procedimentos mais adequados. As obras de arte, muitas vezes com temas nacionalistas, começaram a ser encaradas como documentos históricos. (RIEGL, 2006, p. 22)

Paralela a essa onda de preservação do passado, no século XIX, a arte pública retomou novamente a prática de erigir bustos-retratos e relevos de personalidades de referência, algo que se manteve até os anos 1950 na Europa (FUREGATTI; VALLE, 2014). Diante dessa realidade, passou-se a discutir o significado e o papel desses monumentos para a sociedade. Em sua obra “O culto moderno dos monumentos”, Alois Riegl define:



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos). (RIEGL, 2006, p. 43)

O historiador francês Jacques Le Goff (2003) por sua vez, percebe os monumentos históricos como documentos. Sendo assim, o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas, como um legado à memória coletiva e o reenviar à testemunhos que nem sempre ou necessariamente são registros escritos.

De acordo com a historiadora francesa Françoise Choay (2001), essas construções simbólicas trazem consigo a segurança de um passado e a esperança para as incertezas do futuro, elas tentam de um modo honrado amenizar algo temível para os seres humanos, a morte. É nessa relação com o tempo e com as memórias de diversas comunidades e culturas, na sua função antropológica, que está a essência do monumento.

De modo geral, os monumentos são erguidos para que as gerações revivam momentos, como se fossem o presente ou lembranças recentes. Eles não apenas invocam o passado de uma forma generalizada, mas salientam partes específicas, com objetivos previamente determinados, que contribuem para a construção e reafirmação identitária:

O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória (...) ele pode, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo de arte” (...) nesse caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido. (CHOAY, 2011, p. 26)

No século XIX, conhecido como “a era dos nacionalismos”, o monumento teve então esse papel importante na construção dos Estados-nação, sendo responsável por manter viva a memória, validar a legitimidade do Estado e desenvolver uma sociedade possuidora de uma consciência cívico-patriótica, utilizando-se para isso de estátuas de personalidades e edificações comemorativas de fatos históricos (ORÍÁ, 2000, p.221). Essas esculturas também remetem a um marco do poder instituído, deixando permanentemente distinguidos territórios e pertencimentos. Deste modo:



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)  
[...] os monumentos históricos permitem-nos compreender as lutas simbólicas travadas entre diferentes grupos sociais na construção de um determinado imaginário urbano, que ainda hoje sem percebermos, povoam nossas praças públicas. (ORÍÁ, 2000, p. 219)

Mesmo que atualmente não sejam tão perceptíveis, os monumentos históricos continuam preenchendo os centros urbanos. Por serem espaços de grande fluxo de pessoas, esse tipo de homenagem está quase sempre ligado ao poder público ou à personalidades que por ele foram reconhecidas como notáveis, sendo então, de forma simbólica, usadas como forma de construir um imaginário comum.

Personagens históricos dignos de serem lembrados por seus feitos heroicos, por sua distinta capacidade nos ramos das ciências e das artes, por sua expressão política ou por seus inventos extraordinários, foram os escolhidos para constituir uma memória histórica para as atuais e próximas gerações, e de maneira sutil autenticar o poder, os discursos, os comportamentos, as hierarquias, as culturas, as manifestações artísticas desejáveis, mesmo que estas não sejam representativas dos diferentes grupos sociais.

Ainda que a cidade contemporânea tenha gradativamente substituído os bustos por “obras de arte descompromissadas com os cultos comemorativos” como tema para

sua arte pública, os monumentos cívicos não foram de todo abandonados (FUREGATTI; VALLE, 2014, p. 6), prova disso está nas recentes esculturas que têm sido colocadas nas ruas e praças brasileiras.<sup>4</sup>

Por outro lado, mesmo sendo devidamente planejadas, as estátuas na cidade presente permanecem “numa estrutura em transformação” estando sujeitas a desvalorização, esquecimento e desgaste. Quando colocadas em meio urbano, necessitam principalmente de um elemento: o público. Sendo assim, uma vez instaurada a obra, se fará necessário um acompanhamento de curadoria, não apenas para ratificar a sua preservação, mas para proporcionar a comunidade escolhida uma relação de pertencimento fazendo com que o monumento de fato cumpra seu papel memorial (FUREGATTI; VALLE, 2014, p. 3-4). Essa posição foi defendida por Choay (2011, p. 12) ao afirmar que “o monumento demanda um vigilante e permanente diálogo” e esse compromisso deve ser primariamente dos agentes administrativos públicos, mas essas peças invocam também:



[...] todo o corpo social urbano para a questão [da memória] e assim ampliam sensivelmente a participação dos seus públicos transeuntes urbanos, moradores-fundadores, classes representadas ou indivíduos igualmente responsáveis pela presença ou ausência da escultura na paisagem urbana. (FUREGATTI; VALLE, 2014, p. 5)

Esse tem sido, portanto, um dos maiores desafios enfrentados por esses conjuntos de arte pública, permanecerem relevantes e produtores de significados para as complexas realidades urbanas atuais e as mentalidades contemporâneas, evitando a sua deterioração física (material) ou metafisicamente (sentimental). (FUREGATTI; VALLE, 2014)

Por fim, cabe salientar que sendo o comportamento dos grupos sociais o termômetro que elege e estabelece os valores dos monumentos, independente do que o poder constituído imponha como escultura pública, essas peças interagem silenciosamente, direta ou indiretamente, com seu espaço. De alguma forma elas

---

<sup>4</sup> Recentemente esculturas têm sido colocadas em diferentes locais públicos do Brasil. Como exemplos temos a estátua do poeta Carlos Drummond de Andrade, na praia de Copacabana, em 2002, do músico Tom Jobim, em Ipanema, em 2014, do músico João Gilberto, em Juazeiro, em 2014, do escritor Graciliano Ramos e do lexicógrafo (dicionarista) Aurélio Buarque de Holanda, em Maceió, em 2015, e a escultura do escritor Simões Lopes, em Pelotas, em 2016. Além desses podemos destacar a inauguração do Circuito da Poesia, em 2007, em Recife, que homenageia 12 poetas locais com esculturas em tamanho natural em diferentes pontos da cidade, entre eles, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Chico Science, Luiz Gonzaga e Clarice Lispector.

mantêm a história e a memória coletiva por muitas situações, convidando a população para conhecer a si mesma, sua história e o que são hoje, apontando seus rumos, suas escolhas, suas afirmações, seus esquecimentos e seus hiatos. A partir dessas discussões, passemos a considerar o papel social da mulher na sociedade brasileira no século XX, a fim de relacionarmos com as esculturas públicas em sua homenagem.

## **A MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XX**

O século XX foi um período de acelerados processos de mudanças tanto nas descobertas científicas, tecnológicas, políticas, culturais como nas relações sociais, podendo ser rotulado como o século das mulheres em razão do que essas transformações significaram para o universo feminino (PEDRO, 2013). Em meio a essas múltiplas alterações, a onda do feminismo, que se originou na Europa teve repercussões em diversas partes do planeta. Inicialmente, um grupo de mulheres conhecidas como “sufragistas” no final do século XIX e início do XX, foram às precursoras que questionaram o papel social das mulheres, exigindo direitos civis, acesso à formação superior, ao voto e à participação política.<sup>5</sup>

No Brasil, nessa época, no seio da família, era esperado das mulheres um comportamento adequado à figura feminina. Um bebê do sexo feminino significava uma preocupação, de modo que os pais sendo integrantes da elite, logo idealizavam um futuro próspero à filha, esperando que ela se casasse com um político ou até mesmo um compadre próximo, mas que obtivesse uma abastada condição financeira. (AREND, 2013)

A conduta de uma mulher reverenciada e admirada pela sociedade brasileira, no início século XX, detinha como fundamento a tríade mãe-esposa-dona de casa. A igreja articulava essas ideologias, havendo também a legitimação do Estado, através do Código Civil, criado no ano de 1916<sup>6</sup>, que a impedia de desfazer-se do laço conjugal. Esses valores se difundiam ainda mais pela divulgação da imprensa sem, contudo,

---

<sup>5</sup> Suas manifestações foram ouvidas no Velho e no Novo Continente. França, Estados Unidos e mesmo o Brasil registraram a experiência de mulheres contrárias aos padrões de feminilidade da época.

<sup>6</sup> A Lei do Desquite (Artigo 317, da Lei nº 3.071/1916) permitia a separação de corpos em casos de adultério, tentativa de morte ou abandono do lar, mas não desfazia o vínculo conjugal, ficando os cônjuges ligados até o falecimento de um dos cônjuges.

impedir que as mulheres desejassem sair do aprisionamento da domesticidade. (MALUF, 1998)

Porém, esses princípios foram gradativamente sendo modificados devido aos fatores econômicos e políticos que levaram a industrialização do país. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) houve um decréscimo no número de trabalhadores no mercado interno brasileiro e para suprir essa demanda ocorreu uma abertura para o ingresso da mão de obra feminina principalmente no campo e nas fábricas. Entretanto, os baixos salários em relação aos homens confirmava a desigualdade entre os gêneros. Nesse período, já havia uma imprensa feminista que locucionava pelas mulheres da sociedade. Sobre esse levante feminino na sociedade brasileira:

Não faltaram vozes nesse começo de século para entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiado com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas. (MALUF, 1998, p. 369)

Para as mulheres mais abastadas, o apoio de famílias mais liberais proporcionou a escolarização e conseqüentemente a inserção no mercado de trabalho, gerando uma maior autonomia e futuramente viabilizando um envolvimento no âmbito cultural e político. Inicialmente as mulheres se inseriram na enfermagem, na odontologia, na assistência social, na farmacêutica e nos comércios. Ao longo do tempo, elas se tornaram também contadoras, bibliotecárias, guarda-livros, escriturárias, secretárias e datilógrafas. Nessa luta pela emancipação, notam-se as artistas Tarsila do Amaral, Zina Aita e Guiomar Novais na Semana de Arte Moderna, de 1922, e de Anita Malfatti, Patrícia Rehder Galvão e Olívia Guedes Penteadó no movimento modernista, considerando que as mulheres do meio artístico e cultural, eram estigmatizadas como prostitutas e perdidas moralmente. (MOTTA, 2013)

Outra profissão que foi socialmente reconhecida como adequada às mulheres foi o magistério, considerado feminizado<sup>7</sup> sob a justificativa de a mulher em sua natureza possuir aptidão para educar, em razão de sua vocação natural de ser mãe. Além disso, como professora, a mulher poderia ainda lidar com o trabalho doméstico, pois muitas mulheres quando se casavam abandonavam a profissão. (LOURO, 2007)

---

<sup>7</sup> Percebe-se nesta postura a influência do período republicano no país, que em função dos ideais do positivismo, estimava a transformação social pela educação.

Nas décadas de 1920 e 1930, em virtude da urbanização das capitais brasileiras, a sociabilidade começou a ganhar novos espaços e, com isso, as mulheres passaram a sair de casa, recebendo menos olhares reprovadores, sendo, no entanto, todas notadas desde a garçõnete à burguesa. A igreja deixava de ser o único ponto de encontro, com o surgimento dos cafés, teatros, restaurantes, óperas, confeitarias, salões, bondes e trens. Esses ambientes permitiam à mulher mudar seus pensamentos, tornando-se mais livres para ensejar o namoro, a sexualidade e o casamento. (RAGO, 2007)

A vida moderna trouxe ainda facilidades domésticas, alterando parte do árduo trabalho da dona de casa, a água encanada, o fogão a gás, os aparelhos elétricos, como a geladeira, o ferro de passar roupa, o aspirador, a batedeira, a enceradeira e a máquina de lavar diminuíram o tempo dedicado à rotina do lar. Os produtos de limpeza obtinham mais eficácia, utensílios de plástico, roupas vendidas em lojas (não havendo a necessidade de costurar), como também as comidas enlatadas alteravam os hábitos das mulheres e o rádio as informava dos acontecimentos fora do ambiente do lar.

Contudo, o prólogo das conquistas sociais femininas está relacionado ao sufrágio encabeçado por Leolinda Daltro (1859-1935) e Myrthes de Campos (1875-?)<sup>8</sup> e impulsionado por Bertha Lutz (1894-1976)<sup>9</sup> que desejavam agregar cada vez mais mulheres, de qualquer credo, cor, ou classe social, a se unirem a fim de lutarem pelos seus direitos, conclamando na imprensa, por meio de revistas, jornais e entrevistas, para ganharem apoio de lideranças públicas, pressionando as autoridades políticas. Os ideais dessa luta eram baseados no espírito de iniciativa, exercício ao trabalho e educação, favorecendo a liberdade e a autonomia das mulheres, livrando-as da humilhação e dependência aos homens. Bertha visava o crescimento da mulher, enfatizando ainda que esses benefícios de ascensão da figura feminina acarretariam em progresso ao país e não exclusivamente a elas. Já Maria Lacerda de Moura (1887-1945)<sup>10</sup> foi mais além, era

---

<sup>8</sup> Leolinda e Myrthes solicitaram seu primeiro título eleitoral, porém, a justiça se mostrou indiferente e o pedido foi rejeitado. Inconformada, no ano de 1910, Leolinda fundou o Partido Republicano Feminino, com a intensão de que o assunto fosse ouvido pelo Congresso.

<sup>9</sup> Bertha retornou ao Brasil em meio a essa divergência, ela se sobressaiu como sendo a segunda mulher a ser uma funcionária pública no Brasil, passando em primeiro lugar em um concurso para trabalhar no Museu Nacional, rompendo os paradigmas de que mulher era frágil demais para posições de cunho público.

<sup>10</sup> Maria Lacerda foi militante o lado de Bertha no processo do voto, criando a Liga para Emancipação Intelectual, em 1919, onde estavam inclusas apenas mulheres da elite.

contra a Igreja e o capitalismo, se preocupava com questões como a sexualidade e o corpo e era claramente adepta do anarquismo.<sup>11</sup> Em 1922, as mulheres se mobilizaram:

[...] a FBPF<sup>12</sup> promoveu, no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Internacional Feminino [...] com o senador Lauro Müller, vice-presidente do Senado. Em seu discurso, o político lembrou que a Constituição de 1891 não proibia direitos políticos às mulheres, mas admitiu que o Governo Federal era desfavorável às reivindicações femininas. Aconselhou às líderes que procurassem um governador de estado que estivesse disposto a instituir o voto feminino por interpretação da Constituição [...]. (SOIHET, 2013, p. 224)

Em junho de 1931, a FBPF realizou o 2º Congresso Internacional Feminista. Enviaram ao então presidente do governo provisório, Getúlio Vargas, as considerações do Congresso com ênfase na questão de igualdade para ambos os sexos, ao sufrágio feminino, ressaltando a importância de eliminar a incapacidade civil da mulher casada. Atendendo à demanda, Vargas, nomeou uma comissão para rever a lei eleitoral, porém, a nova regra ainda apresentava muitas restrições<sup>13</sup> ao voto feminino.

Esses eventos proporcionaram visibilidade às mulheres em todo o país e elas conquistaram adeptos, começando a ser ouvidas. Dez estados permitiram o alistamento eleitoral feminino. A FBPF enviou um abaixo assinado ao senado com mais de duas mil assinaturas exigindo o sufrágio feminino. Finalmente, em 1932, o Brasil ganhou um novo Código Eleitoral. Com o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932<sup>14</sup>, estabeleceu-se no país o voto secreto e o voto feminino. A iniciativa foi aprovada com louvor, pois o Brasil foi o segundo país da América Latina a permitir o voto às mulheres<sup>15</sup>. Ainda em 1937, a Constituição do país garantiu a assistência médica à mulher grávida, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e sem redução do salário.

---

<sup>11</sup> O Anarquismo é uma ideologia política, surgida na segunda metade do século XIX, que se opõe a todo tipo de hierarquia e dominação política, econômica, social e cultural, incluindo o Estado, o capitalismo, as instituições religiosas, o racismo e o patriarcado.

<sup>12</sup> Federação Brasileira para o Progresso Feminino

<sup>13</sup> O voto era facultativo as mulheres casadas autorizadas pelo marido, viúvas e solteiras com renda própria.

<sup>14</sup> No mesmo ano foi decretada a lei número 21.417-A, regulando as condições do trabalho das mulheres. Só em 1946 se tornaria obrigatório o voto feminino.

<sup>15</sup> Na América Latina, o primeiro país a reconhecer o direito do voto feminino foi o Equador, em 1929. No Brasil, o voto feminino foi incorporado a Constituição Federal de 1934.

Os anos dourados da década de 1950, com o término da Segunda Guerra Mundial, trouxeram ao Brasil um momento de otimismo com o crescimento e a ascensão da classe média e a inclusão cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Ainda assim, predominavam propagandas em diversas revistas destinadas às mulheres, alegando que estas deveriam ser “mais femininas” (BASSANEZI, 2007). Com o impulsionar do desenvolvimento capitalista, as mulheres pertencentes à classe média, inseridas no mundo do trabalho, ainda eram muito criticadas com a alegação de que ali não era seu lugar, imperava, portanto, na mentalidade social, a ideologia da hierarquia masculina. No entanto, as mulheres continuavam sua luta alcançando conquistas legais.<sup>16</sup>

Com a chegada dos anos rebeldes (1960), as mulheres galgavam cada vez mais liberdade, trabalhavam, estudavam, viajavam, liam jornais, assistiam TV, eram informadas, dirigiam, e poderiam até serem mães solteiras. O status da mulher permitia novas perspectivas sociais. Em 1961, a pílula anticoncepcional chegou as farmácias brasileiras, trazendo a possibilidade da mulher controlar e decidir a chegada ou não dos filhos e, com isso, planejar melhor sua carreira intelectual e profissional.<sup>17</sup> No ano seguinte, foi criado o Estatuto da Mulher Casada<sup>18</sup> que lhe dava uma situação mais confortável e igualitária no casamento com relação aos bens e aos filhos. Assim, elas se sentiam mais seguras para estar presentes nos corredores das universidades, desfilar de calças jeans, minissaias e biquínis, não causando mais tanta admiração. Esse período foi marcado por um forte envolvimento político de jovens e mulheres que pleiteavam pela liberdade sexual e uma redefinição dos padrões familiares. As imagens sobre os estereótipos femininos estavam sendo descoladas do antigo ideal, as revistas já pautavam seu conteúdo em uma nova *performance* da mulher.

No entanto, uma segunda onda de protestos no Brasil desencadeou-se na década de 1960. Em tempos de rebeldia surgiram muitos grupos que reivindicavam

---

<sup>16</sup> O Decreto Federal nº. 31.643, de 23 de outubro de 1952, confirmou a resolução da Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinado em Bogotá, em 02 de maio de 1948. Em 1955, foi realizada a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, na Assembleia Geral das Nações Unidas, que garantiu o direito das mulheres de votar, se eleger e ocupar cargos públicos. O documento foi ratificado pelo Brasil somente em 13.08.1963 e entrou em vigor em 11.11.1964.

<sup>17</sup> Em 1967, a Constituição deu direito de aposentadoria a mulher com 30 anos de serviço.

<sup>18</sup> A Lei nº 4.121, de 27 de Agosto de 1962, estabelecia os papéis dos cônjuges no casamento prevendo o trabalho da mulher, estabelecendo o regime dos bens e dando a mãe o pátrio poder que até então era um direito exclusivo do pai, no entanto, em caso de desquite por adultério o Estatuto dava a guarda dos filhos à parte "inocente".

maior participação na política, na economia e na educação. Um crescente número de rostos femininos era visto nas passeatas e greves. Esse ativismo era muitas vezes tratado com intolerância e machismo. Aos olhos do senso comum, compartilhar dessas ideias era para as lésbicas, mulheres masculinizadas, feias, mal-amadas, ressentidas e anti-homens. (PEDRO, 2013)

Segundo Giuliani (2007), ao longo dos anos 1980, ocorreu uma revisão da imagem social da feminilidade. Difundiram-se novas proposições que reafirmaram o princípio da equidade entre os sexos e foram debatidas modificações na ordem cultural e jurídica. Houve um desabrochar da figura feminina e elas se revelaram mais autônomas, adaptáveis, sociáveis, se colocando à frente de ONGS e de cargos mais altos na hierarquia das empresas. No ano de 1977, foi criada a Lei do Divórcio e elas então podiam decidir estar casadas ou separar-se e contrair novas núpcias legalmente, serem ou não mães e garantirem o direito de seus filhos<sup>19</sup>. Assuntos como o aborto<sup>20</sup> eram discutidos por essa nova mulher. A televisão, pela primeira vez, destinou a elas um espaço exclusivo com o programa intitulado TV Mulher (1980-1986), que fez muito sucesso ao conquistar telespectadoras da classe média com um formato que discutia a liberdade sexual, a igualdade emancipatória e o trabalho assalariado, causando um alvoroço social pela participação de uma sexóloga que dialogava abertamente sobre o orgasmo feminino. (DINIZ, 2013)

Percebemos, portanto, que a revolução da mulher brasileira ao longo do século XX necessitou de muitas lutas para que elas enfim começassem no exercício do trabalho, obtivessem leis a seu favor e serem donas de si mesmas. Por trás dessas conquistas estão nomes de inúmeras delas que um dia esperaram chegar até a contemporaneidade com o direito de experimentar livremente às diversas facetas de nossas mulheres, a cidadã, a política, a mãe, a dona de casa, a educadora, dentre outras tantas que fazem parte de suas possibilidades de ser e estar no mundo.

## **MONUMENTOS HISTÓRICOS FEMININOS NO BRASIL**

---

<sup>19</sup> Somente em 1988 a Constituição ofereceu direitos iguais de pátrio poder ao pai e a mãe, assegurou o direito da união estável; garantiu direitos iguais aos filhos e eliminou a distinção entre filhos "legítimos" e "ilegítimos".

<sup>20</sup> O aborto é considerado crime no Brasil, mas na década de 1960 houve repercussões de casos clandestinos e o assunto começou a ser colocado em pauta socialmente.

No Brasil, a primeira escultura pública em homenagem a um vulto histórico é a estátua equestre de D. Pedro II, instalada no centro do Rio de Janeiro, em 1862. Desde então, inúmeros homens públicos foram destacados com esse tributo e dentro desse espectro surgem algumas poucas figuras femininas reconhecidas com a colocação dessas obras de arte em espaços urbanos.

Se considerarmos as cidades brasileiras mais antigas veremos que a discrepância entre a quantidade de esculturas masculinas e femininas é recorrente. A primeira escultura feminina em espaço público que se tem registro é a da escritora e abolicionista Júlia Lopes de Almeida, no Rio de Janeiro, em 1935, por iniciativa particular de sua filha Margarida Lopes, porém a obra encontra-se desaparecida. A cidade do Rio de Janeiro tem atualmente 217 monumentos em homenagem a homens, mas somente 14 mulheres<sup>21</sup> receberam essa distinção e muitas por iniciativa de familiares (DIAS, 2012). Em Recife, há 56 esculturas masculinas e apenas uma feminina, a da escritora Clarice Lispector, colocado em 2007. (RECIFE, 2015)

Em Salvador, na década de 1950, foi inaugurada a estátua da primeira mulher militar e heroína de guerra, Maria Quitéria. Em João Pessoa, Carneiro (2013) faz o levantamento de dezessete esculturas masculinas e nenhuma feminina. Em Vitória, existem 35 monumentos masculinos e apenas dois femininos, um em homenagem à professora Ernestina Pessoa e outro a ex-escrava Domingas (PROCÓPIO, 2010). Percebemos, portanto, que essa forma de reconhecimento social foi bem mais generosa com os homens do que com as mulheres.

## **AS ESCULTURAS PÚBLICAS FEMININAS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Em São Paulo, foram identificadas 88 esculturas masculinas e apenas sete femininas.<sup>22</sup> As esculturas masculinas foram colocadas a partir da década de 1920, sendo destacados artistas, médicos, militares, urbanistas, políticos, advogados, religiosos, entre outros. As mulheres, no entanto, passam a ser homenageadas somente

---

<sup>21</sup> Esculturas femininas no RJ: Chiquinha Gonzaga, Ana Néri, Carmem Gomes, Vera Janacópulos, Carmen Miranda, Clarisse Lage Índio do Brasil, Imperatriz Leopoldina, Maria Augusta, Zuzu Angel, Sara Kubitscheck, Princesa Isabel, Ana Carolina da Costa Lino, Imperatriz Teresa Cristina e Clarice Lispector.

<sup>22</sup> Esculturas femininas em SP: Antonietta Rudge (1977), Pérola Ellis Byington (1978) – monumento desaparecido, Carolina Ribeiro (1984), Carlota Pereira de Queiroz (1985), Maria Esther Bueno (1988), Cora Coralina (1989) e Maria Olenewa (s.d.).

no final da década de 1970 (INSTITUTO PRÓ DOCUMENTOS, 2008). Do conjunto, 21 esculturas masculinas e quatro femininas são do escultor Luiz Morrone. O artista paulista Morrone (1908–1998) diplomou-se na Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, produzindo ao longo de sua carreira mais de quinhentos monumentos e hermas (escultura de meio busto), que estão espalhados por todo o país, oito dos quais se encontram em Portugal (LAUDANNA, 2010). Do conjunto de monumentos femininos, esta pesquisa se concentrou nas esculturas das três personalidades nascidas no estado de São Paulo, no século XX: Antonietta Rudge (1885-1974), Carolina Ribeiro (1892-1982) e Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), todas obras de Luiz Morrone (FIGURAS 1, 2 e 3).



FIGURA 1: Retrato de Antonietta Rudge, 1977, artista Luiz Morrone, bronze.

FIGURA 2: Busto de Carlota Pereira de Queiroz, 1985, artista Luiz Morrone, bronze.

FIGURA 3: Busto de Carolina Ribeiro, 1984, artista Luiz Morrone, bronze. Fotos: Monique Pinho, 2016.

Antonietta Telles Rudge, ou Nietta, como a família lhe chamava carinhosamente, nasceu no dia 13 de junho de 1885, na Av. Barão do Rio Branco, nas proximidades do Palácio dos Campos Elíseos, em São Paulo. Sua mãe, Ana Emília da Silva Telles, era de família tradicional paulistana, e seu pai, João Henrique Rudge, descendente de ingleses. Crescendo ao redor de onze irmãos, se destacou por seu talento musical.<sup>23</sup> Estudou piano com o professor francês Gabriel Giraudon, demonstrando constante evolução, dedicação e empenho. Posteriormente, a pianista foi descoberta por Luigi Chiaffarelli, professor e amigo, que lhe proporcionou uma carreira brilhante na

<sup>23</sup> Desde pequena a música já lhe chamava a atenção, a família percebeu sua inclinação musical quando em um aniversário de seu avô dedilhava ao piano, singelas composições infantis.

Europa, a partir de 1905, tornando-se a primeira mulher brasileira a se apresentar com grande sucesso. (LEITE, 2011)

No período em que permaneceu na Europa, já era casada com seu primo Charles Miller<sup>24</sup>, e tinha dois filhos, Carlos e Helena. Recebeu muitos elogios e críticas sobre seu majestoso talento, mas era retraída e não detinha o gosto pelas apresentações em público. Em um de seus concertos, conheceu o grande amor de sua vida, o artista, político e jornalista Menotti Del Picchia (1892-1988), sete anos mais jovem do que ela, e com quem passou a viver a partir de 1934.<sup>25</sup> Antonietta participou do primeiro trio feminino no Brasil<sup>26</sup>, foi compositora, gravando muitas de suas músicas. Veio a óbito no dia 13 de julho de 1974, levando a música brasileira à comoção por tamanha perda. (DACORSO, 2011)

Por iniciativa da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Academia Brasileira de Letras, Antonietta foi eternizada com um retrato, colocado na Av. Brasil (aos arredores de sua casa), na Praça Portugal, na cidade de São Paulo, no dia 03 de dezembro de 1977 (FIGURA 1). Na ocasião estavam presentes seu marido Menotti Del Picchia, sua filha Helena, o secretário municipal de cultura, Sabato Malgadi, o poeta Paulo Bonfim, e o também poeta Oliveira Ribeiro Neto, que dedicou uma poesia à memória da pianista.<sup>27</sup>

Carlota Pereira de Queiroz nasceu no dia 13 de fevereiro de 1892, filha de Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queiroz e José Pereira de Queiroz, membros de tradicional família paulistana. Iniciou sua trajetória profissional no magistério (1909), mas entre os anos de 1920 a 1926 cursou medicina em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo suas pesquisas sobre o câncer reconhecidas com o prêmio Miguel Couto.<sup>28</sup> Fez ainda especializações na França e na Alemanha e no período da Revolução Constitucionalista, em 1932, uniu-se à seção Paulista da Cruz Vermelha, liderando 700 mulheres na assistência aos feridos. Foi eleita como deputada federal em 1933,

---

<sup>24</sup> Introdutor do futebol no Brasil.

<sup>25</sup> O casal uniu-se em matrimônio em 1968, após o falecimento da esposa de Del Picchia no ano anterior.

<sup>26</sup> Cantando música de Câmara com Paulina D'Ambrozio e Brazilina Bormann.

<sup>27</sup> Cf.: (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977, pp. 38; 44); (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984, p. 03)

<sup>28</sup> Em 1928 assumiu a chefia do Laboratório da Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina de São Paulo, e no ano seguinte viajou a Suíça, patrocinada pelo governo do Estado de São Paulo para a realização de um curso sobre dietética infantil.

participando da Comissão de Saúde e Educação. Enquanto parlamentar elaborou o primeiro projeto brasileiro destinando verbas aos serviços sociais no país.<sup>29</sup>

Por se tratar da primeira mulher deputada no país, há uma premissa de que Carlota era feminista, mas ela era avessa ao movimento e à criação do Departamento Nacional da Mulher, de iniciativa de Bertha Lutz. Carlota alegava que esse seria um ato de discriminação sexual. Ela reconhecia sua importância como deputada, mas afirmava que não representava as feministas. Governou até o período do Estado Novo<sup>30</sup> e, anos mais tarde, em 1942, foi eleita membro da Academia Nacional de Medicina. Após a redemocratização do país, nos anos de 1945 a 1954, tentou se reeleger pela União Democrática Nacional (UDN), mas não obteve sucesso. Apoiou o Golpe Militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Em 1950, fundou a Associação Brasileira de Mulheres Médicas, que presidiu por vários anos. Foi muito dedicada em sua vida profissional, publicando sete obras, ficando conhecida pelo mundo por sua carreira política e médica.<sup>31</sup> Carlota não se casou e nem teve filhos, faleceu em São Paulo, no dia 17 de abril de 1982.<sup>32</sup>

A médica foi homenageada pelo Governo do Estado de São Paulo com um busto inaugurado no dia 28 de setembro de 1985, na Praça Califórnia, no Jardim América, na Zona Sul da cidade de São Paulo, próximo a Rua Augusta, onde morava (BOMFIM, 2001, p.15) (FIGURA 2). A cerimônia contou com a participação do Secretário Estadual de Cultura, Jorge da Cunha Lima e teve por propósito ressaltar a participação social das mulheres e a classe médica. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1985)

Carolina Ribeiro nasceu em Tatuí, SP, no dia 28 de janeiro de 1892. Filha de José Dionísio Ribeiro e Ana Rosa de Oliveira Ribeiro, era a caçula de nove irmãos. Em 1907, concluiu seus estudos como professora pela Escola Complementar de Itapetininga, e no ano seguinte, em 1908, com apenas quinze anos, foi contratada como professora substituta pelo Grupo Escolar Peixoto Gomide. Em 1912, tornou-se professora efetiva, trabalhando no Grupo Escolar São Manuel e no próximo ano transferiu-se para a capital, lecionando no Grupo Escolar Maria José, aonde permaneceu

---

<sup>29</sup> Cf.: (CALDEIRA, 2008); (PINTO, 2002)

<sup>30</sup> Em 1937 foi decretado o fechamento do Congresso, com o início da Ditadura de Getúlio Vargas.

<sup>31</sup> Foi membro da Academia Paulista de Medicina e da Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, sendo ainda correspondente na *Association Française pour l'Étude du Cancer*.

<sup>32</sup> Cf.: (BRAZIL; SCHUMACHER, 2000)

até 1916. Esse amor pela educação foi influência de cinco de seus irmãos que também eram professores. Era um sonho de seu pai que os filhos servissem à pátria como educadores e assim ele poderia descansar em paz com o senso do dever cumprido. (PINHEIRO, 2008)

Entre 1920 e 1921, Carolina lecionou a cadeira de português na Escola Normal do Brás e, nesse período, foi também a diretora da instituição. Organizou o Grupo Escolar Católico São José, no Bairro Ipiranga, entre 1923 a 1931, e o Grupo Escolar Erasmo Braga, em 1932. Esse percurso a encaminhou para a direção da Escola Normal da Praça da República, nos anos seguintes, posteriormente denominada Escola Caetano de Campos. Suas ações, idealizações e práticas demonstravam que era visionária, uma educadora politizada e engajada na causa da alfabetização de crianças e adultos.

Em 1955, tornou-se a primeira mulher a ser Secretária Estadual de Educação, no governo Jânio Quadros, instituindo premiações aos professores que alfabetizassem 90% de seus alunos. Carolina compôs o Hino da Cruz Vermelha Brasileira, o Hino das Normalistas e a música da Despedida dos Pracinhas. Organizou eventos, simpósios e comemorações. Escreveu artigos, revistas, poesias infantis, comédias e alegorias, participou de comissões de avaliação de livros didáticos, além de publicar livros.<sup>33</sup>

Carolina destacou-se também por sua atuação pública em projetos assistenciais e foi bastante ativa politicamente. Era católica, paulista, nacionalista, conservadora e anti-positivista. Assim como sua amiga Carlota Queiroz, durante a Revolução Constitucionalista, em 1932, chefiou o posto de assistência as famílias dos combatentes, na Praça da República, em São Paulo. Em 1956, fundou o Movimento da Arregimentação Feminina (MAF)<sup>34</sup> que, em 19 de março de 1964, participou da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na Praça da Sé, em São Paulo, com mais de 500 mil participantes da classe média e abastada paulista. Nessa ocasião, Carolina discursou em favor da família e da pátria. Como resultado de sua atuação social, ao longo de sua carreira a educadora recebeu as medalhas de Honra ao Mérito,

---

<sup>33</sup> Dentre suas obras estão: “A Educação Extra Escolar, Centenário do Ensino Normal – Poliantéia” e “O Ensino em São Paulo através da História”.

<sup>34</sup> O Movimento da Arregimentação Feminina (MAF) era um movimento de mulheres da classe média promovido pela direita com o propósito de combater o avanço comunista, a destruição da família e da propriedade, ameaçadas pelas políticas do governo de João Goulart. O MAF tinha o apoio da Igreja e do Exército. As mulheres se reuniam para disseminar suas ideias, distribuindo tarefas, convocando outras mulheres, participando no rádio, escrevendo cartas e panfletos defendendo os valores cristãos.

Ordem do Ipiranga, Rio Branco, Imperatriz Leopoldina e a dos Veteranos de 1932 e, em 1978, ganhou o prêmio Roquete Pinto como educadora emérita. (PINHEIRO, 2008)

Carolina não se casou e nem teve filhos. Faleceu no dia 15 de abril de 1982, aos 90 anos de idade, sendo enterrada no cemitério da Consolação. No dia 09 de julho de 1984, feriado municipal em São Paulo em comemoração a Revolução Constitucionalista, em meio às homenagens e desfiles cívicos militares e da Sociedade dos Veteranos de 1932, foi descerrado o busto em reconhecimento à memória de Carolina Ribeiro, às 16 horas, na Praça da República, local onde se encontra o prédio da antiga escola Caetano de Campos, que, em 1978, passou a abrigar a Secretaria de Educação de São Paulo. A iniciativa do monumento foi do MAF. Na placa estão registradas as seguintes palavras: “Carolina Ribeiro educadora emérita. Homenagem do povo de São Paulo” (FIGURA 3).

Nos monumentos de Antonietta Rudge, Carlota Pereira de Queiroz e Carolina Ribeiro percebemos o perfil de mulher que se destacou e recebeu consideração da sociedade brasileira no século XX. São representantes da classe média paulistana que, diferentemente da grande maioria das mulheres, tiveram apoio de suas famílias para estudar e viajar. Elas escolheram profissões reconhecidas por sua contribuição à sociedade: artes, medicina e educação, o que lhes conferiu distinção e prestígio social. As três homenageadas foram mulheres pioneiras em suas esferas de atuação: a primeira pianista a se apresentar na Europa, a primeira deputada federal e a primeira secretária estadual de educação, o que nos sugere que a mulher precisava atingir a plenitude para receber destaque na sociedade.

Curiosamente as três homenageadas fugiram dos padrões sociais de esposas e mães, Antonietta separou-se do esposo e foi viver com outro homem e Carlota e Carolina abdicaram do casamento e dos filhos. Essa é uma indicação de que as muitas exigências sobre a mulher podem dificultar seu desempenho em algumas áreas da vida ou fazê-las optar ou rejeitar algumas escolhas. Carlota e Carolina foram ativas e engajadas politicamente ganhando expressão e espaço, influenciando a sociedade de sua época, enquanto Antonietta representou o talento e a cultura brasileira no exterior.

Os bustos permanecem até hoje nos locais onde foram colocados originalmente. Esses lugares remetem aos contextos onde viveram (Antonietta e Carlota) ou trabalharam (Carolina). Atualmente os monumentos de Antonietta e Carlota estão silenciados em pequenos espaços públicos em bairros nobres, em meio à casas de

luxo, clínicas e serviços de alto padrão, onde a circulação em sua maioria trafega em carros. Já o busto de Carolina, na Praça da República, tem uma maior visibilidade por estar no centro da cidade, em um espaço mais amplo, dialogando com os monumentos em homenagem a Caetano de Campos, Dr. Luiz Lázaro Zamenhoff, Bernardino de Campos, entre outros, o que remete a um local que convida o transeunte a uma pausa para debater com a história. O local dispõe ainda de jardins, chafarizes e lagos e é frequentado por comerciantes ambulantes, artistas e artesãos, atraindo um público significativo para seus ambientes.

No contexto atual, esses monumentos encontram-se esquecidos no cenário urbano pelo poder público e pela população. Assim sendo, por todas as razões já discutidas nesse texto, as estátuas dessas três mulheres pouco interagem com a comunidade, embora permaneçam oferecendo silenciosamente uma resistência ao apagamento de suas memórias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após todas essas discussões, podemos concluir que os monumentos históricos estão presentes na sociedade desde a antiguidade como uma importante forma de rememoração. Em geral, as pessoas são homenageadas depois de sua morte e em sua esmagadora maioria, são homens representantes de grupos sociais de elite ligados às artes, à política, às forças armadas e às profissões reconhecidas. Essa prática coloca o homem em destaque e a morte como uma honra.

Com relação às mulheres, este estudo verificou que o século XX foi marcado por grandes mudanças em diversos aspectos, abrangendo a esfera privada e pública da vida feminina. Movimentos femininos surgiram na Europa e se propagaram pelo mundo, reivindicando diversos direitos civis, acesso à educação superior e participação política das mulheres.

Das poucas mulheres que receberam monumentos públicos em São Paulo podemos depreender que elas também eram ilustres e realizaram feitos de grande destaque para que pudessem atingir tal honraria. Elas tiveram a oportunidade de estudar o que poucas mulheres desse período podiam almejar. Assim, essas esculturas públicas revelam a hipocrisia de uma sociedade que homenageou a mulher de destaque, estudada, burguesa, que alcançou grandes conquistas e por isso se tornou uma imagem

pública para que todos pudessem admirá-la, enquanto negou esses mesmos privilégios as demais pertencentes às classes populares. Deste modo, sem querer desprestigiar as homenageadas Antonietta, Carlota e Carolina e suas conquistas, é preciso reconhecer que elas não representavam a grande maioria das mulheres brasileiras do século XX e talvez seja por isso, que elas não se perpetuem tão significativamente na memória da sociedade brasileira. Ainda assim, elas merecem nossa consideração, pois ao receberem privilégios não se omitiram e galgaram conquistas que hoje se estendem a um grupo mais expressivo de mulheres brasileiras.

No contexto urbano da época, tais monumentos foram erigidos perto de locais onde essas mulheres tiveram mais significado, conversando com o ambiente que os cercava. No período atual, essa relação entre monumento e suas adjacências já não é perceptível ou sequer é compreendido pelas pessoas que passam pelos locais. Muitos prédios foram utilizados para abrigar outras atividades e outros não existem mais, isso faz com que, de certa forma, o monumento caia no esquecimento e perca parte de seu significado.

Finalmente, destacamos que os danos decorrentes de estarem expostos às intempéries, ao vandalismo, a pouca visibilidade, a dificuldade de acesso e a falta de manutenção, tanto por parte do governo que não promove sua importância, como por parte da sociedade que não compreende sua existência, causam o desaparecimento de um patrimônio que deveria ser mais reconhecido e valorizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- BOMFIM, Paulo. Rua Augusta. **O Paulistano**. Publicação do Club Athletico Paulistano, nº 147, Ano XIII, maio de 2001.
- BRAZIL, Erico Teixeira Vital; SCHUMACHER Maria Aparecida. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.
- CALDEIRA, Jorge. **Brasil: História contada por quem viu**. São Paulo: Editora Mameluco, 2008.

- CARNEIRO, Joselio. **Esculturas**: Passeio histórico e cultural na capital paraibana. Portal Agenda Paraíba, 23 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.agendaparaiba.com/esculturas-passeio-historico-e-cultural-na-capital-paraibana/print/>. Acesso em 07 de set. de 2016.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.
- CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão**: Antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- DACORSO, Stetina Trani de Meneses e; NOGUEIRA, Nicéa Helena. Paulo Menotti Del Picchia: sob um soslaio da psicanálise. **Revista Estudos de Psicanálise**. Belo Horizonte-MG, n. 35, p. 137–150. Julho/2011.
- DIAS, Vera. As mulheres homenageadas na cidade do Rio de Janeiro. Blog: **As histórias dos monumentos do Rio de Janeiro**. 07 de março de 2012. Disponível em: <http://ashistoriasdosmonumentosdorior.blogspot.com.br/2012/03/as-mulheres-homenageadas-na-cidade-do.html>. Acesso em 07 de setembro de 2016.
- DINIZ, Debora. Aborto e contracepção. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FARTHING, Stephen. **Tudo sobre arte**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- FUREGATTI, Sylvia; VALLE, Marco Antônio Alves. **As esculturas públicas e a cidade contemporânea**. Campinas: Instituto de Artes, UNICAMP, 2014.
- GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- LAUDANNA, Mayra; ARAUJO, Emanuel. **De Valentim a Valentim**. A Escultura Brasileira - século XVIII ao XX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- LEITE, Edson. **Antoinetta, Guiomar e Magdalena**: pianistas do Brasil. São Paulo: Acquerello, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- MALUF, Marina; MOTT Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVENCKO Nicolau (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOTTA, Alda Britto. Mulheres Velhas, elas começam a aparecer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- ORIÁ, Ricardo. A história em praça pública: a leitura da cidade através de seus monumentos históricos. **Ciências & Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 27, Jan/Jun. 2000..
- PEDRO, Maria Joana. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- PINHEIRO, Ana Regina. **Escola Caetano de Campos**: Escola Paulista, Vanguardreira. Campinas. Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação, 2008.
- PINTO, Zélio Alves. **Cadernos Paulistas**: histórias e personagens. São Paulo: Editora Senac, SP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PROCÓPIO, Gislane Zanon Ferreira. **Arte em Espaços Públicos de Vitória**. Dissertação ( Mestrado em Artes). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2010.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: UCG, 2006.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

## OUTRAS FONTES

INSTITUTO PRÓ-MONUMENTOS. **Monumentos de São Paulo**. Catálogo Virtual, 2008. Disponível em: <http://www.monumentos.art.br/> Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

Jornal Folha de SP, 29 de setembro de 1985, p. 05.

RECIFE. **Arte Pública: Esculturas**. Coordenação: Lúcia Padilha Cardoso. Governo do Estado de Pernambuco, 2015.



RECEBIDO EM: 15/08/2018

PARECER DADO EM: 25/01/2019